

## **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 884, DE 2019.**

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências.

### **EMENDA SUBSTITUTIVA Nº \_\_\_\_\_**

O Art. 1º, da Medida Provisória nº 884, de 14 de junho de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:  
“Art. 29.....

.....  
§3º A inscrição no CAR será obrigatória para todas as propriedades e posses rurais, devendo ser requerida:

I – até 31 de dezembro de 2020 para os imóveis obtidos a qualquer título até a data da publicação desta Lei;

II – no prazo de 1 (um) ano após a data de obtenção nos demais casos.

§4º º Será de responsabilidade do órgão fundiário competente a inscrição dos assentamentos de reforma agrária no CAR, por meio do registro do seu perímetro e dos lotes individuais, não se aplicando sanções ou condicionalidades para esses imóveis por eventual omissão do órgão fundiário.

§5º a inscrição no CAR não tem efeito para a comprovação da propriedade ou posse de imóvel rural”.

“Art. 59 .....

.....  
§ 2º A inscrição do imóvel rural no CAR é condição obrigatória para a adesão ao PRA, devendo essa adesão ser requerida no prazo estipulado no § 3º do art. 29 desta Lei”.

“Art. 78-A. Após 31 de dezembro de 2020, as instituições financeiras só concederão crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais que estejam inscritos no CAR”.

### **Justificação**

Ao retirar a previsão de prazo para inscrição de propriedades no Cadastro Ambiental Rural, a MP 884 retrocede no processo de conciliação entre os objetivos das políticas agrícola e ambiental alcançado com a aprovação da Lei 12.651/2012 e freia o



movimento de adequação ambiental realizado, desde então, pela ampla maioria dos proprietários e possuidores de imóveis rurais do país. O restabelecimento dessa previsão mantém o caráter indutor da norma, reconhece e valoriza o esforço realizado pelos produtores que inscreveram seus imóveis no prazo estabelecido e abre mais uma oportunidade para os que ainda não o fizeram.

Ao mesmo tempo reconhece a condição diferenciada dos pequenos produtores rurais, especialmente dos assentados da reforma agrária, e reafirma a responsabilidade dos órgãos fundiários de realizarem o CAR do perímetro e das parcelas dos assentamentos.

A emenda também supera a lacuna criada pela MP 884 no que diz respeito ao prazo para a adesão ao PRA, ao vincular esse prazo ao estipulado no § 3º do art. 29 Lei 12.651/2012.

Com isso, a emenda substitutiva mantém o pacto celebrado em prol da produção e da proteção ambiental, encaminha os ajustes necessários para a plena implementação do Código Florestal, atende a demandas legítimas e diferenciadas que emergem da realidade do campo, sem consentir com a flexibilização e tolerância generalizada contida na MP 884.

Sala da Comissão,

Deputado **PAULO PIMENTA**

PT/RS

